

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/318421492>

Urbanismo tático e a cidade neoliberal

Article · December 2016

CITATIONS

0

READS

60

2 authors:



Pedro Caetano Eboli

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

8 PUBLICATIONS **0** CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Denise Portinari

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

10 PUBLICATIONS **0** CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Urbanismo tático e a cidade neoliberal

Pedro Caetano Eboli Nogueira (PUC-Rio, Brasil)

pceboli@gmail.com

Denise Berruezo Portinari (PUC-Rio, Brasil)

denisep@puc-rio.br

Urbanismo tático e a cidade neoliberal

Resumo: O presente artigo tenciona definir o espectro das formas colaborativas de atuação nos espaços públicos reunidas sob a chancela de urbanismo tático, para então insinuar uma crítica através de dois caminhos: de um lado delineando alguns dos discursos falaciosos que conferem às práticas do urbanismo tático vultos utópicos e, de outro, explicitando sua contiguidade a uma série de processos neoliberais que têm lugar nas cidades contemporâneas.

Palavras-chave: Urbanismo Tático, Neoliberalismo, Design Colaborativo.

Tactical urbanism and the neoliberal city

Abstract: This article aims to define the spectrum of collaborative forms of action in public spaces, generally known as tactical urbanism, and then criticize them in two ways: on one hand outlining the discursive manouvres that invest tactical urbanism practices with utopian overtones; and, on the other hand, explaining its contiguity to a series of neoliberal processes that take place in contemporary cities.

Keywords: Tactical Urbanism, Neoliberalism, Collaborative Design

1. Introdução

O presente artigo tenciona inicialmente definir o espectro das formas colaborativas de atuação nos espaços públicos reunidas pelos urbanistas Mike Lydon e Antony Garcia (2011; 2012; 2013; 2014) sob a chancela de urbanismo tático. Depois, operamos algumas críticas a estas ações por dois caminhos: de um lado delineamos alguns dos discursos que conferem às práticas do urbanismo tático vultos utópicos e, de outro, explicitamos sua contiguidade a alguns dos processos típicos do neoliberalismo nas cidades.

Dado o patente falimento dos modelos de planejamento urbano preconizados pelos ideais modernos, recentemente as ações de urbanismo tático vêm ganhando bastante notoriedade, sendo celebradas como importantes possibilidades de participação dos habitantes nos processos decisórios relativos aos espaços públicos que os circundam. Legadas aos urbanistas profissionais ou ao sabor do mercado imobiliário, as vontades dos cidadãos não se vêem representadas, mas se estes se organizam de forma independente e autônoma ao Estado e atuam diretamente nos espaços urbanos, eles podem ver seus anseios respondidos. Na maioria das vezes, essa formulação parece ser a premissa de tais práticas. Embora muitas vezes o objetivo das ações de urbanismo tático seja sua posterior implementação, há implícita uma crítica à noção de projeto, pressupondo que testar *in loco* as soluções urbanas seja melhor que partir das ideias de uma prancheta de urbanista.

Estas manifestações, que emergem mais ou menos espontaneamente em diversas localidades, vêm sendo tema de eventos e exposições internacionais, dos quais podemos destacar *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities* [Crescimento desigual: urbanismo tático para megacidades em expansão], mostra exibida no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque em 2015, onde eram conceituadas e discutidas algumas destas ações (ver GADANHO, 2014). Outro exemplo significativo foi o pavilhão dos Estados Unidos na Bienal Internacional de Arquitetura de Veneza de 2012, intitulado *Spontaneous Interventions: Design Actions for the Common Good* [Intervenções espontâneas: ações de design para o bem comum] (ver HOU, 2012 e DOUGLAS, 2012), dedicado ao urbanismo tático. Dentre as abordagens teóricas mais relevantes deste tema podemos destacar Camponeschi (2010), Douglas (2011; 2012; 2014), Hou (2010; 2011a; 2011b; 2012), Lydon & Garcia (2011; 2012; 2013; 2014) e Visconti et al (2010).

No presente artigo damos atenção especial ao conjunto dos quatro volumes coordenados e publicados pelos urbanistas Mike Lydon e Antony Garcia (2011; 2012; 2013; 2014), que se constituiu como um marco importante

para a divulgação e consolidação de alguns dos ideais contidos nas ações de urbanismo tático. Os autores definem esta miríade de práticas como

Uma abordagem voluntária e gradual para instigar a mudança; um processo de criação de ideias para os desafios do planejamento em escala local; um compromisso de curto prazo e expectativas realistas; uma atividade de baixo risco, possibilitando gerar recompensas elevadas; o desenvolvimento de capital social entre cidadãos e a construção de competências organizacionais entre a esfera pública e privada (LYDON & GARCIA, 2011, p. 7).

Assim, Lydon & Garcia compreendem que estas práticas podem assumir natureza efêmera ou permanente, mas em todo caso estão destinadas a informar a planificação urbana de longo prazo. Driblando a burocracia estatal, os cidadãos podem, desta forma, alertar ao governo sobre algum tipo de necessidade local ou testar soluções urbanas a serem posteriormente sancionadas.

É importante frisar que o urbanismo tático se diferencia das práticas informais realizadas em favelas, tais como os mutirões, se não pelas localidades onde ocorrem, principalmente pela origem daqueles que movem estas ações: no caso do urbanismo tático estamos falando de pessoas da “classe criativa”, ou seja, arquitetos, designers e artistas. Se os mutirões, em sua maioria, são destinados a atender a necessidades básicas em localidades negligenciadas pelo Estado, o urbanismo tático geralmente está endereçado a locais destinados ao lazer e à sociabilidade, tais como praças. Talvez o exemplo mais comum seja a construção conjunta de mobiliários urbanos.

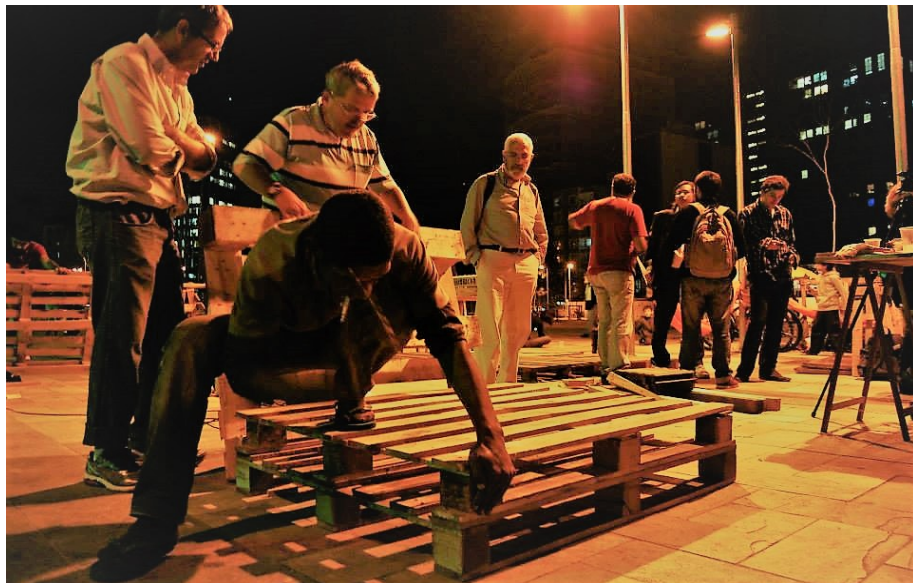


Figura 1. Atividade “Batatabancos e Discobolha”, realizada no Largo da Batata, Pinheiros, São Paulo (fonte: página de facebook “Batata Precisa de Você”)

Apesar de suas particularidades regionais e locais, de modo geral as ações de urbanismo tático envolvem a apropriação de espaços públicos subutilizados ou terrenos baldios, ativados pela força do trabalho conjunto em torno de alguma melhoria física local ou proposição de novos usos. Estas ações dão lugar a uma série de processos colaborativos de decisão, onde os moradores das proximidades são capazes de opinar e atuar sobre os espaços públicos de suas regiões, de modo a colocar em contato vizinhos de bairro e empoderá-los. Deste modo, a tomada dos processos urbanos nas mãos dos habitantes favoreceria o empoderamento das populações locais e o *placemaking*¹:

Tanto pela sua simplicidade e agilidade, uma das virtudes do Urbanismo Tático é a lógica do ‘aprender fazendo’. Desde reunir um grupo de vizinhos para se apropriar de uma rua, acalmar o tráfego e dividir uma mesa, até desenhar uma ciclovia com um par de pincéis e latas de tinta, estas ações leves, rápidas e baratas que de alguma forma incentivam as pessoas a se organizar, tomar decisões e se fortalecer uns aos outros, transformando cidadãos comuns em atores aptos a ajudar no desenvolvimento de seus bairros (LYDON & GARCIA, 2013, p. 14, tradução nossa).

2. O urbanismo tático e alguns de seus discursos

Entretanto, apesar dos discursos de empoderamento, colaboração e horizontalidade que acompanham as ações de urbanismo tático, parece que ele está embebido em alguns discursos contraditórios. Dada a falência projeto urbano centralizado, o coletivo urbano, designer, arquiteto engajado ou aparece como representante da sociedade civil que dispõe de metodologias diferentes para lidar com os espaços públicos. São mediadores, figuras neutras, como costumam se assumir. Parece que a figura consensual do mediador é capaz de abaular as arestas agudas das dissensões inerentes a qualquer espaço social, mas ainda permanece o problema de lidar com as diferenças e particularidades.

Outra figura de consensualidade parece emergir da oposição completa entre a população e o Estado, como se cada uma das partes compusesse uma unidade. Segundo este raciocínio, a partir do momento em que a primeira (a população) se emancipa da segunda (o Estado) se torna mais fácil decidir o que é melhor para ela. Aqui o interesse coletivo é dado, como bloco uníssono que se contrapõe a um Estado que nada sabe sobre os desejos e necessidades de seus habitantes. Ainda que esta premissa não seja de todo falsa, criar uma dicotomia

¹ É difícil traduzir o conceito de *placemaking*, mas ele pode ser entendido como um processo de planejamento, criação e gestão de espaços públicos que procura estimular interação entre pessoas.

desta natureza parece ser um recurso discursivo que corrobora para a criação de um consenso do outro lado. E mesmo em outra escala, muitos dos problemas do planejamento urbano formal permanecem nas abordagens do urbanismo tático.

Afinal, os processos colaborativos e a horizontalidade têm limites, ainda que pareçam totalmente democráticos. Neste sentido, é importante recordar que a mera possibilidade aberta para que qualquer pessoa integre as dinâmicas propostas não implica necessariamente em uma participação efetiva de todos: nem todos dispõem de tempo e recursos materiais para investi-los na construção coletiva de praças. Disto resulta que apenas algumas pessoas tomem parte nos processos decisórios ali envolvidos, de modo que sua vontade acaba fatalmente imposta aos demais usuários, passantes e vizinhos da praça. Neste sentido, é possível estabelecer um paralelo rápido com a forma como a política era organizada na polis grega: se as decisões eram tomadas através do “conversar um com o outro e no convencer mútuo” (ARENDT, 1998, p. 66), por outro lado dispor de tempo livre para esta atividade era um privilégio apenas daqueles que possuíam escravos.

De maneira semelhante, no urbanismo tático as decisões sobre o espaço público passam pelas mãos daqueles que podem e querem investir seu tempo nas atividades que lá se desenvolvem. Afinal, ainda que o Estado não esteja atuando diretamente, a sociedade é desigual e seria ingênuo pensar que as relações de poder não estariam sendo reproduzidas nestas dinâmicas. Vemos, por exemplo, que muitas das ações de urbanismo tático evocam um repertório recorrente de formas e materiais, consequente da mediação ou atuação direta de pessoas da “classe criativa”. Estes atributos formais não estariam também secretando formas de dominação simbólica, passíveis de produzir sentimentos de pertencimento ou exclusão? Além disso, apesar de não haver ainda indícios concretos, a melhoria de espaços públicos realizada pela população – especialmente quando a “classe criativa” está envolvida – assim como ações análogas movidas pelo governo, pode engendrar processos de *gentrificação*².

² De acordo com Bidou-Zachariasen (2006) este termo foi empregado pela primeira vez na década de 1960 por Ruth Glass, que caracterizou o fenômeno como “a transformação da composição social dos residentes de certos bairros centrais, por meio da substituição de camadas populares por camadas médias assalariadas; e de um processo de natureza diferente: o de investimento, reabilitação e apropriação, por estas camadas sociais, de um estoque de moradias e de bairros operários ou populares” (p. 22). Pesquisas mais recentes realizadas em diversas cidades do mundo em volta deste tema destacam “os mesmos tipos de fatores que representam as práticas ‘espontâneas’ dos habitantes, seus instrumentos técnicos (financiamentos, empréstimos imobiliários, etc.) e as políticas ‘voluntaristas’ das administrações locais” (p. 29).

De todo modo, resta compreender os limites da horizontalidade e da colaboração que aí se instauram, e se ainda com a intervenção destes mediadores aquilo que será construído é o que todos querem, ou um projeto de cidade sempre envolverá a imposição da vontade de alguns sobre os outros. Antes de pressupor que estas consequências venham a emergir naturalmente de qualquer dinâmica colaborativa desenvolvida nos espaços públicos, é importante elucidar até que ponto as ações de urbanismo tático efetivamente produzem o “sentimento de comunidade” que seus defensores lhes advogam.

3. Urbanismo tático e neoliberalismo

Entretanto, apesar dos discursos que conferem a seus processos a aura de uma perfeita democracia direta e o purificam de qualquer potencial dano às cidades, o urbanismo tático está desde sua origem imbricado a algumas dinâmicas típicas das cidades neoliberais. Este é justamente o ponto de partida para as análises do sociólogo Douglas Gordon (2014):

Embora cidades sempre tenham sido projetos orgânicos, como discutido, depois de mais de dois séculos de aumento da gestão e profissionalização do planejamento urbano e tanto aperto normativo e legal de controle sobre o uso do espaço urbano (...), o ressurgimento de abordagens faça-você-mesmo não autorizadas para o ambiente construído desde a década de 1960 pode ser descrito como um fenômeno da chamada era neoliberal. Aparentemente coincidente com o período de reestruturação econômica e com uma política de desregulamentação, o design urbano faça-você-mesmo pode ser visto como uma reação e um produto das estruturas e processos que definem as cidades contemporâneas - tendências como o desinvestimento do Estado, mercantilização, gentrificação, e uma intensificação geral do desenvolvimento desigual (p. 10, tradução nossa).

Através de entrevistas, o sociólogo descobriu que seus praticantes, majoritariamente da “classe criativa”, estariam movidos a “simplesmente fazer uma pequena parte da cidade um pouco melhor” (p. 7, tradução nossa) e não pareciam confiantes quanto aos impactos e consequências mais gerais destes atos. Ainda que as manifestações de urbanismo tático pareçam totalmente espontâneas, é possível pontuar algumas características específicas dos espaços urbanos contemporâneos que estão profundamente ligadas aos regimes neoliberais. Douglas (2014) relaciona alguns de seus fatores às ações de urbanismo tático:

Jardinagem de guerrilha, ideias improváveis de desenvolvimento, e melhorias não autorizadas das ruas são respostas diretas à negligência percebida em alguns espaços, enquanto a remoção de publicidade, propostas desejan-tes, e intervenções a favor dos pedestres reagem à hiper-mercantilização ou insensibilidade dos outros (p. 10, tradução nossa).

Do neoliberalismo parte um discurso em defesa de que “cada um deve fazer a sua parte”, dentro do espírito de responsabilização do indivíduo que o caracteriza, mas por outro lado o desinvestimento do governo nos locais públicos se torna cada vez mais acentuado. Ao mesmo tempo, o urbanismo centralizado e as formas de representatividade política afirmam-se falidas e pedem uma atuação direta dos cidadãos. Aqui, de forma bastante ambígua e pouco unívoca, as sensações e discursos gerados por uma negligência do Estado parecem levar cidadãos a fazerem seu trabalho. Desta forma, um descuido do governo acaba sendo usada para seu próprio bem, mas, como afirma Gordon Douglas (2014),

se as condições neoliberais como o desenvolvimento desigual abre espaço para o urbanismo faça-você-mesmo, é possível que o urbanismo faça-você-mesmo permita ou encoraje a continuação destas mesmas condições (p. 19, tradução nossa).

Neste caso a patente falência do Estado se torna extremamente oportuna a ele, uma vez que produz um terreno fértil para que ações como esta se desenvolvam e ele se desresponsabilize. Em um momento de estágio avançado do neoliberalismo, em que os governos procuram se eximir ao máximo de suas funções, é bastante conveniente que a sociedade civil cubra suas lacunas. O problema é que a celebração destas iniciativas, purificadas sob a chancela política, obscurece o papel do Estado, tornando-o, por vezes, desnecessário. Ou, como argumenta Jessop (2002), no contexto do neoliberalismo, quando o governo busca políticas de austeridade, estas ações que ele encaixa no âmbito do neo-comunitarismo, legitimam a agenda de privatizações.

(...) o Relatório Mundial da ONU também identifica e defende diferentes estratégias para apoiar e complementar o projeto neoliberal em diferentes regiões e tipos de cidades. Suas propostas para as cidades informais, desreguladas, vulneráveis e em crescimento acelerado do mundo subdesenvolvido é combinar o neoliberalismo com uma forte ênfase na mobilização de energias populares, da economia informal ou social, e valores comunitários. Nessas cidades, então, atribui-se um papel fundamental ao neo-comunitarismo na sustentação do neoliberalismo (Idem, p. 18, tradução nossa).

Da mesma forma, as análises que entendem a informalidade como realidade oposta e apartada da formalidade urbana mostram sua fragilidade: ambas são consequência de um certo arranjo flexível gerido pelo próprio Estado, e é de seu interesse mantê-las em coexistência. O Estado neoliberal compreende a gestão da informalidade como parte de suas práticas governamentais, de modo que ela só é coibida quando lhe é interessante. Senão,

sua existência é permitida e por vezes regulamentada, sancionada, como é o caso de algumas ações do urbanismo tático.

Ainda que as ações de urbanismo tático pareçam totalmente naturais e espontâneas, é no mínimo curioso que eles estejam acontecendo de forma tão semelhante em diversas partes do mundo, muitas das vezes celebradas como importantes formas de atuação política no âmbito da urbanidade. Neste sentido, seria ingênuo pensar que a espontaneidade das ações desenvolvidas exclui a possibilidade de que os indivíduos estejam sendo voluntariamente mobilizados a serviço do Estado.

4. Considerações finais

Olhando para o urbanismo tático percebemos o avesso de um dos fenômenos que o arquiteto Jesko Fezer (2010) observa nas cidades neoliberais. Para o autor, se elas se tornaram espaços-chave para os processos de globalização, modificadas por protagonistas com pouco ou nada a ver com planejamento urbano, por outro lado as diversas experiências que verificaram e difundiram a falência do urbanismo centralizado poderiam acarretar alguns efeitos colaterais. A tese de que as cidades não são passíveis de planejamento, muitas vezes levantada por pesquisadores e planejadores progressistas, poderia levar a uma “situação pós-política, em que os espaços de participação democrática são tragados por uma economia radical em curso e pela despolitização do espaço social” (p. 2, tradução nossa). O maior obstáculo para as lutas, por sua vez, se encontraria “particularmente na autoimagem do neoliberalismo: a sua afirmação fundamental de que não há alternativa à ordem existente” (Idem).

Entretanto, se para Jesko Fezer (2010) as políticas neoliberais instauram um ambiente de consenso que exclui a possibilidade de debate e as lutas sobre os espaços da cidade, o exemplo do urbanismo tático parece mostrar que sua análise ainda guarda alguns pontos cegos. Afinal, estas ações seriam justamente uma tentativa de insurgência, de mostrar que há alternativas à ordem existente, de sair de uma certa inércia política. Olhando para este caso vemos o contrário daquilo Fezer propunha, entendemos que o neoliberalismo não exclui os debates e lutas da arena, mas ele de alguma forma se alimenta deles. É como se o próprio ímpeto do exercício político atuasse na produção desejante daqueles que se empenham na construção coletiva de seus espaços públicos. Aqui talvez encontremos a chave para algumas das mobilizações de forças populares às quais Bob Jessop (2002) se refere, que parece depender desta ambiguidade entre a legalidade e a ilegalidade que se instaura no contemporâneo.

Assim, compreendemos que é preciso operar um olhar crítico sobre quaisquer fantasias de comunidade que advoguem uma pureza para as práticas comunitaristas e espontâneas que vemos tomar corpo nas cidades. Além disso, antes de reivindicar qualquer estatuto político para as tipologias de ação que se articulem segundo uma oposição entre sociedade civil e Estado, convém recordar de que forma se articula a movente e fina membrana que divide a formalidade da informalidade urbana. A partir desta visada crítica talvez seja possível compreender até que ponto ações como estas estão se colocando contra, ou voluntariamente a serviço de um Estado que cada vez mais se exime de suas tarefas.

Referências

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos.** São Paulo: Annablume, 2006.

CAMPONESCHI, Chiara. **Enabling city.** 2010. Disponível em: <<http://enablingcity.com/#read>>. Acesso em março de 2017.

DOUGLAS, Gordon. **Do-it-Yourself Urban Design: ‘Improving’ the City Through Unauthorized, Creative Contributions.** Artigo apresentado no Popular Culture at the American Sociological Association Annual Conference, Las Vegas, 21 de agosto de 2011.

_____. **Do-It-Yourself Urban Design: The Social Practice of Informal “Improvement” Through Unauthorized Alteration.** *City & Community*. 13, 5-25, 2014.

_____. **Do-It-Yourself Urban Design in the Help-Yourself City.** 2012. Disponível em: <<http://www.spontaneousinterventions.org/statement/a-prologue>>. Acesso em março de 2017.

FEZER, Jesko. **Design for a Post-Neoliberal City.** In: Osten, Marion von, et al. *e-flux Journal* #17. e-flux, 2010. Disponível em: <<http://www.e-flux.com/journal/17/67367/design-for-a-post-neoliberal-city/>>. Acesso em março de 2017.

GADANH, Pedro. **Uneven Growth: Tactical Urbanism for Expanding Megacities**. Nova Iorque: The Museum of Modern Art, 2014.

HARVEY, David. **O Direito à Cidade**. Piauí, Rio de Janeiro, n. 82, p. 38-43, 2013b.

HOU, Jeffrey. **Insurgent Public Space: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities**. New York: Routledge, 2010.

_____. **“Citizen design: participation and beyond”**. In: BANERJEE, T., & LOUKAITOU-SIDERIS, A (org.). *Companion to Urban design*. London: Routledge, 2011.

_____. **“Differences Matter : Learning to Design in Partnership with Others”**. In: ANGOTTI, T. et al (org.). *Service-learning in design and planning: educating at the boundaries*. Oakland: New Village Press, 2011.

_____. **“Making Public, Beyond Public Space”**. In: SHIFFMAN, R. *Beyond Zuccotti Park: freedom of assembly and the occupation of public space*. Oakland: New Village Press, 2012.

JESSOP, Bob. **Liberalism, Neoliberalism, and Urban Governance: A State-Theoretical Perspective**. In: *Antipode* 34 (3): 452-472, 2002.

LEFÉBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LYDON, Mike, & GARCIA, Antony. **Tactical Urbanism vol. 1: Short-term Action for Long-term Change**. Washington: Island Press, 2011.

_____. **Tactical Urbanism vol. 2: Short-term Action for Long-term Change**. Washington: Island Press, 2012.

_____. **Tactical Urbanism vol. 3: Casos Latinoamericanos**. Washington: Island Press, 2013.

_____. **Tactical Urbanism vol. 4: Australia & New Zeland**. Washington: Island Press, 2014.

VISCONTI, Luca et al. **Street Art, Sweet Art? Reclaiming the ‘Public’ in Public Space**. *Journal of Consumer Research* 37(3):511–29, 2010.

Como citar

NOGUEIRA, Pedro C. E.; PORTINARI, Denise B. **Urbanismo tático e a cidade neoliberal**. Arcos Design. Rio de Janeiro: PPD ESDI - UERJ. Volume 9 Número 2 Dezembro 2016. pp. 177-188.

Disponível em:

[<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>]

DOI



A Revista Arcos Design está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial - Compartilha Igual 3.0 Não Adaptada.